

Ainda a rolagem

O presidente Collor tem dito e os exegetas da política econômica confirmam: o sucesso do receituário recessivo em curso depende fundamentalmente do rigor com que venha a ser aplicado. Concessões podem comprometê-lo e mergulhar o País em dificuldades ainda mais catastróficas. A partir daí, ganham consistência e merecem análise as críticas que continuam sendo feitas à rolagem das dívidas estaduais, cujo teor contraria o sentido do pretendido aperto monetário e ameaça reacquecer a inflação. Fazem-nas pessoas credenciadas; os governadores dos estados não-endividados — Ceará, Paraná, Santa Catarina e Espírito Santo. Vale recapitular.

No final de 1991, o Governo fez aprovar no Congresso uma reforma tributária “de emergência” (sic), cujo propósito fundamental era reduzir seu próprio déficit. Esse o ponto de partida para a aplicação do receituário ortodoxo do FMI. Para aprová-la, entretanto, submeteu-se a um paradoxo, cujo efeito inevitável, na visão dos especialistas, será justamente o inverso: o aumento do seu déficit. O paradoxo foi justamente remunerar os votos do PMDB quercista — tidos como indispensáveis — como a rolagem das dívidas estaduais, algo que induz irresistivelmente a mais gastos públicos, especialmente em anos eleitorais.

O maior inadimplente, em valores absolutos, é naturalmente São Paulo, sede do alto-comando do PMDB, a maior (e mais faminta) máquina partidária do País, que governa aquele e a maioria dos estados inadimplentes e, não por acaso, comandou as negociações com o Governo Federal. Deve 15 bilhões de dólares — e somente aí a União, a grande

mãe-avalista dos estados-caloteiros, pode comprometer a tal reforma “de emergência”, com a qual espera acrescentar em receita algo em torno de 10 bilhões de dólares. A rolagem, além de folga imediata no caixa desses estados, permite que ampliem seus limites de endividamento, o que, em ano eleitoral, vale repetir, é um sedutor convite a gastança.

A recessão, com seu cortejo de falências e desempregos, tornará isso ainda mais irresistível. E fortalecerá o discurso oposicionista de alguns governadores engajados em candidaturas presidenciais. O Governo argumenta que não teve alternativa: ou rolava a dívida ou não teria a reforma tributária de emergência, e sem ela o Brasil continuaria no limbo do FMI e da comunidade financeira internacional. O deputado Delfim Netto, do PDS, diverge. Se quisesse, o Governo encontraria no Congresso apoio entre os liberais e conservadores. O PMDB tem 102 deputados, enquanto o Bloco Independente, de orientação liberal-conservadora, formada por gente do PDS, PL, PTB, PDC e PFL, tem 134. Somado ao bloco governista, esse grupo resolveria o problema do Governo, sem necessidade de acordos desvantajosos com o PMDB. A receita dos liberais é rígida: o Governo deve exigir dos estados que reproduzam os fundamentos de sua política econômica, cobrando-lhes não apenas austeridade — que, diga-se, não chegou ainda a ser exibida no plano federal —, mas também privatizações em larga escala.

Se São Paulo, por exemplo, privatizasse duas ou três de suas estatais, zeraria seu déficit e, de quebra, estimularia a desestatização. Aconteceu exatamente o contrário.